

Se houver acordo,

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ministério da Justiça, às 17 horas de ontem: um batalhão de repórteres, cinegrafistas e fotógrafos está preparado para divulgar, finalmente, o ato de criação da Comissão Constitucional, prometida pelo governo desde a semana passada, juntamente com a lista dos seus integrantes. Duas horas e meia depois, só havia para divulgar o desencontro de informações entre o ministério e o Palácio do Planalto e a notícia oficial de que a criação da comissão, que preparará o anteprojeto da nova Constituição, foi mais uma vez adiada para hoje.

O ministro Fernando Lyra havia garantido, depois de ter despachado no começo da tarde com o presidente José Sarney, que o decreto presidencial criando a comissão já estava assinado e que a lista dos seus integrantes seria divulgada às 17 horas no seu gabinete. Ele chegou a adiantar que o grupo seria instalado no dia 15 de agosto, em solenidade no Palácio do Planalto, e que teria prazo de oito meses para concluir seus trabalhos. Quanto aos nomes, disse que não se lembrava de todos e que a lista ficaria no Planalto apenas o tempo necessário para a redação final.

Até o final do expediente no Palácio do Planalto, porém, o ato não foi divulgado — muito menos no gabinete do ministro, onde aguardavam os repórteres. Os principais assessores do presidente chegaram a garantir que Sarney nem chegou a assiná-lo, o que poderia acontecer hoje. No ministério, havia menos notícias ainda. Ao ser informado de que uma emissora de TV havia anunciado na chamada de seu noticiário que a lista havia sido divulgada, Fernando Lyra não resistiu a uma ironia: "Ótimo, então vamos ver o noticiário para ficar conhecendo a lista". A seguir, sério: "Do ministério não saiu".

NOMES DIFÍCEIS

A princípio, a comissão deveria ser divulgada na quinta-feira da semana passada — foi adiada para sexta. Nesse dia, embora o ministro da Justiça tivesse dito que o ato se resumia a quatro artigos, Sarney teria feito restrições ao seu texto, desejando mais concisão e precisão. Resultado: novo adiamento para sábado, e depois para ontem. Agora, conforme a assessoria do ministro, a dificuldade reside na lista dos nomes, uma vez que o decreto e a exposição de motivos já estariam assinados.

Explicações oficiais para tanto adiamento não surgiram, mas não faltaram as especulações, segundo as quais o ex-ministro Leitão de Abreu seria um dos pontos principais da discórdia, com setores governamentais que apóiam Sarney opondo-se à inclusão de seu nome. Haveria ainda resistências à permanência de Benedita da Silva, vereadora negra do PT do Rio. Lyra negou que estivesse fazendo restrições à presença de Leitão de Abreu e, em meio a informações desencontradas, não havia segurança a respeito daqueles que permaneciam na lista e os que tinham sido excluídos.

Mesmo assim, Paulo Brossard, Dalmo Dallari, Célio Borja, Sepúlveda Pertence, Mauro Santayana eram tidos como certos. Além desses, fariam parte da lista Miguel Reale Júnior, Laerte Vieira, José Afonso da Silva, Jorge Amado, Antônio Ermírio de Moraes, Hilton Rocha, Celso Furtado, Miguel Seabra Fagundes, Rafael de Almeida Magalhães, Benedita da Silva, João Paulo Pires Vasconcelos, Edgard da Mata Machado, Cristovam Buarque, Xavier de Albuquerque e Joaquim Falcão.

GENTE DEMAIS

Segundo algumas informações, algumas personalidades — como seria o caso do ex-ministro Leitão de Abreu — teriam rejeitado o convite. Conforme essas fontes, além dos nomes que integrarão a lista, há divergências quanto ao número dos membros da comissão, calculado entre 40 e 50. Assessores palacianos consideram o número exagerado e lideranças representativas do Congresso acham que, com muitos nomes, os entendimentos em torno de temas fundamentais seriam dificultados pelo espírito classista que poderia predominar no grupo.

Esses assessores reconhecem que existem divergências notórias entre Afonso Arinos, que presidirá a comissão, e o ministro Fernando Lyra, contribuindo para atrasar a decisão do presidente Sarney. O jurista estaria propenso a dirigir uma comissão com um número mais reduzido de integrantes. Quando recebeu o convite do presidente eleito Tancredo Neves, ele considerava que 20 era o número ideal de integrantes, como declarou em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, no dia da posse do Ministério. Com tantas divergências para compor a Comissão Constitucional, o presidente Sarney preferiu esperar, adiando mais uma vez a decisão sobre quem vai integrá-la.

Leitão recusa o convite e lembra sua emenda

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ex-ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo Figueiredo, professor João Leitão de Abreu, recusou ontem o convite que lhe foi feito, pessoalmente, pelo presidente José Sarney, para que integre a comissão de juristas de alto nível encarregada de redigir o anteprojeto da nova Constituição a ser levado à Assembléia Nacional Constituinte eleita em novembro do próximo ano.

A recusa do ex-ministro Leitão de Abreu em participar da comissão deve-se à sua convicção pessoal de que as contribuições que tinha de oferecer ao governo e ao País sobre a matéria estão contidas na Emenda Constitucional submetida ao Congresso Nacional no ano passado, marcando a data das eleições diretas para presidente em 1988. A emenda foi retirada a pedido do Executivo, diante da insistência do PMDB em aprovar um substitutivo que previa as eleições diretas naquele momento (agosto de 1984, quando o pedido de retirada foi feito).

Ontem, antes da audiência com o presidente Sarney, o professor Leitão de Abreu prometeu aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto que no final teria uma conversa com os repórteres, e adiantou somen-

te tratar-se de "uma visita de cortesia", esclarecendo ter a iniciativa do encontro partido dele próprio.

Leitão de Abreu, porém, já adiantara a pessoas que vêm mantendo conversas com ele nos últimos dias que não tinha intenção de participar da comissão do anteprojeto da Constituinte, também por achar que o número dos seus membros (mais de trinta, segundo fontes do próprio governo) era demasiado e não produziria os efeitos pretendidos pelo governo quando de sua formação.

No final da audiência, Leitão de Abreu deixou o Palácio do Planalto pelo elevador privativo, onde está proibido o acesso dos jornalistas, e não falou. Esta é uma postura que ele deverá manter para não deixar transparecer que está criticando a Comissão.

No íntimo, entretanto, o ex-ministro guarda mágoa de a emenda de sua autoria, submetida ao Congresso no ano passado, não ter sido sequer examinada do ponto de vista jurídico. Sua proposta marcava diretas para presidente em 1988, tal como a proposta que deve sair da comissão em composição. Mas, mesmo este comentário ele se abstém de fazer. Se tivesse falado antes, poderia parecer pressão para participar da comissão. Se falar agora, poderá parecer pressão por não integrá-la. Daí, o silêncio a que agora se reserva Leitão de Abreu.

Comissão sai hoje

TERÇA-FEIRA — 16 DE JULHO DE 1985